

Local: Auditório do Centro de Assistência Social, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 2.896 – Centro.

Data: 13 de Outubro de 2011, quinta-feira.

1 Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e onze, com primeira convocação às oito horas,
2 e em segunda convocação às oito horas e trinta minutos no Auditório do Centro de
3 Assistência Social, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 2.896 – Centro. Teve início a
4 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Biênio 2011-2013.
5 Estavam presentes os seguintes conselheiros: Marilys Garani, Sandra Bianconi, Maria Inês
6 Louro, Neusa Harumi Tiba, Edinadi Biliato, Michele Schibelsky, Maria Jose da Mata, Cirlene
7 Fonseca, Denise Motter, Luciana Ferreira Alvarez, Sirlei Fortes de Jesus, Salete Ieda
8 Domingues, Gisele Albiero, Viviane Tamihe kavasaki, Silmeri Patricia Rossi, Amanda Maria
9 Santos Silva, Regina Elizabeth Russo Humming, Nelma dos Santos Assunção, Maria de
10 Fatima Santos Reale Prado, Elaine Cristina de Oliveira, Lídia da Conceição Lucas Loback,
11 Sueli Aparecida Lourenço, Nereu Pereira, Maura Lucia Moreira, Veronica Cardoso Costa,
12 Ordália de Fatima B.Ferreira, Carla Mancebo Esteves, Janer Roberta Peiz; **Justificaram**
13 **ausência os seguintes conselheiros (as):**Jaqueline Micali, Aurélio Caetano, Mariana Barros
14 de Oliveira, Doralice Aparecida dos Reis; **Participantes:** Maria Vany S. C. Neves - ALIA,
15 Denise Maria Fank de Almeida – SMAS, Silvana Gomes dos Santos – ALIA, Maria Lucimar
16 Pereira – SMAS, Adriana Fabia Laganini Paschoal – ADEFIL, Domingas R. Binotti – Casa do
17 Caminho, Jemima R. Lima – ILECE, Sandra Bianconi – SMAS, Marilza Cardoso Yoshinaga –
18 SOS, Ana Lucia Cardia – Casa do Caminho, Evandro Pires Córdia – Associação Faça uma
19 Criança Feliz. A Presidente do CMAS Marilys Garani deu início a reunião dando as boas
20 vindas a todos, faz a: **1. Leitura e aprovação da pauta;** **Marilys** informa sobre a retirada da
21 pauta Apresentação da deliberação pela Comissão da Bolsa Família do recurso IGD-2012:
22 **Após teve proposta de inversão de pauta, na qual a plenária aceitou.2. As ata do dia**
23 **08/09/2011, a ata do dia 15/09/2011 e 19/09/2011 serão reencaminhada para os**
24 **conselheiros para aprovação na próxima reunião do CMAS. 3. Silvana Gomes deu**
25 **início ao relato da Conferência Estadual de Assistência Social:** a mesma foi a
26 conferência para ser referendada como conselheira estadual. Relata que foi uma experiência
27 diferente, relata a dinâmica da conferência, contando com a participação de muitos usuários,
28 contudo não tiveram a oportunidade de se expressar. Juntamente com a conselheira Silva
29 foram as conselheiras referendadas na Conferência Regional: Carla Esteves, Amanda e
30 Doralice e a servidora Cristina. Uma das propostas refere-se ao estabelecimento de
31 consórcios entre os municípios de pequeno porte. Outra proposta desencadeada foi de que o
32 Estado possa investir na implantação do SUAS nos municípios. Marilys coloca a
33 necessidade do CMAS subsidiar a conselheira Silvana Gomes na representação da região no
34 CEAS. **3. Relato das comissões de trabalho deste conselho com: A) Apresentação da**
35 **comissão de cadastro pela conselheira Cirlene:** Relata que a comissão está reformulando
36 o formulário de cadastro para que esse novo modelo seja readequado para atender a todas
37 as legislações pertinentes, estão fazendo diversas consultas para reelaboração destes
38 formulários; a luz da nova legislação a caixa de pendências possuem 2 cadastros pendentes
39 :1º do Instituto Origem e 2º Associação Faça uma criança feliz, o primeiro é de
40 assessoramento e a comissão está empenhada em concluir urgentemente o processo destes
41 cadastros, que dependem hoje da reformulação total do processo de inscrição deste
42 conselho. **B) Relato da Comissão de Análise e Acompanhamento pela conselheira**
43 **Janer:** A comissão vem discutindo sobre suas atribuições e se apropriando da legislação que
44 vai amparar suas ações, foi eleita como coordenadora desta comissão a Janer e vice-
45 coordenador Nereu; esta comissão tem 15 participantes inscritos e somente 7 participam de

46 fato na comissão, **Vany e Silvana da ALIA** participam como colaboradoras. Ficou acordado
47 que o CMAS irá expedir ofício solicitando a liberação dos conselheiros governamentais para a
48 participação nas comissões. **C) Relato da comissão de Regulação pela conselheira**
49 **Gisele:** A comissão esta concluindo as alterações no regimento interno, aguardam retorno
50 das demais comissões em relação as atribuições, para a conclusão dos trabalhos e posterior
51 apresentação a este Conselho. **D) Relato da comissão de divulgação pela conselheira**
52 **Amanda:** Esta comissão é composta por sete pessoas, todos estão cientes de sua
53 atribuições, estão registrando com fotos os eventos para futuramente disponibilizarem no
54 FACEBOOK, o coordenador da comissão é o Nereu, as reuniões acontecem mensalmente, a
55 **presidente Marilyns** solicita atualização dos dados na pagina do CMAS, e possui e-mail:
56 cmasdivulga@hotmail.com. **Neusa Tiba** pondera que uma reunião no mês é insuficiente
57 considerando que o CMAS tem no mínimo duas reuniões ordinárias mensais e devido a
58 diversidade e complexidade dos assuntos tratados e deliberados, as informações precisam
59 ser divulgados em tempo hábil para que seja de conhecimento dos público. **A presidente**
60 **Marilyns** orienta que se disponibilize o relatório da conferencia municipal no site do CMAS,
61 **Neusa Tiba** sugere que seja disponibilizada também as atas aprovadas do CMAS. **D) Relato**
62 **da comissão de Fundo pela conselheira Neusa Tiba:** A conselheira informa que o período
63 como coordenadora desta comissão foi até 30/09/2011, e que será eleita nova coordenadora.
64 Ressalta que essa mudança se faz necessária, considerando que essa é a segunda gestão
65 consecutiva que é membro do CMAS e portanto, na próxima gestão não poderá continuar
66 sendo membro deste conselho. Assim sendo, nesse último ano da atual gestão tem como
67 tarefa ensinar as atividades e responsabilidades afetas a comissão de fundo para o próximo
68 coordenador. Registra também que a falta de quórum e paridade para a realização das
69 atividades da comissão, está dificultando a análise de documentos, principalmente daqueles
70 que tratam das repostas dos ofícios encaminhados pela Comissão de Fundo para as
71 entidades solicitando esclarecimentos para fins de emissão do parecer para deliberação do
72 CMAS. Por falta de quorum foi cancelada 2 reuniões. Informa ainda que em determinados
73 assuntos a comissão necessita da colaboração de outras comissões, principalmente da
74 Comissão de Cadastro e Comissão de Acompanhamento de Serviços para emissão do
75 parecer. A conselheira ressalta que no primeiro dia da capacitação foi lamentável a falta de
76 participação dos conselheiros. Nessa capacitação foi tratado assuntos referentes ao papel do
77 Conselheiro, suas atribuições e responsabilidades; sobre a importância da participação no
78 desenvolvimento dos trabalhos das comissões e a importância do conselheiro na promoção
79 da participação dos usuários e munícipes nas discussões e tomada de decisões. Ressalta
80 que a responsabilidade do conselheiro é grande, pois toma decisões em nome das pessoas
81 que dependem dessa Política Pública e para elas se destinam as ações deliberadas no
82 CMAS. **NeusaTiba** Inicialmente lê ofício protocolado pelas Instituições Casa do Caminho e
83 SOS datada do dia 07/10/2011. A conselheira relembra os critérios utilizados para definição
84 dos critérios de partilha dos recursos referentes ao co-financiamento dos serviços de
85 proteção social especial de alta complexidade e informa que houve um equivoco em não ter
86 acrescentado os crônicos da casa do caminho na meta diferenciada, pois são três pessoas
87 com deficiência e os valores a ser repassado para atendimento dessas três metas devem ser
88 no mesmo valor das metas de casos crônicos para que não haja prejuízo no atendimento dos
89 respectivos usuários do serviço. Em seguida foram apresentadas as seguintes propostas:
90 proposta 1- tendo a meta crônica que era no valor de R\$1014,00 para R\$ 986,00 (48 metas)
91 que se enquadram nesse perfil, as instituições contempladas: Casa do Caminho, Bom
92 samaritano, Pão da vida, as demais 93 metas mantendo-se o valor do convênio em vigência.
93 **Sandra Bianconi** explica que Pão da vida, Samaritano e SOS que atendem os trecheiros, e

94 que são diferentes dos crônicos remanescentes de altas hospitalares. Proposta 2: Igualar 3
95 metas casa caminho= R\$ 845,68 dos Abrigos Bom Samaritano e Pão da Vida e aumentar
96 32% nas metas dos trecheiros. A conselheira Luciana Alvarez defende a 1º proposta que
97 deve priorizar as 3 metas que estavam sem aumento a muito tempo e que necessitam de
98 tratamento diferenciado. **Marilza** coloca que esses crônicos não são publico da assistência e
99 sim da saúde. **Ordalia** explica que são crônicos e que não têm vínculos familiares e nem
100 família de referência. **Neusa** reforça de que a decisão do CMAS precisa ocorrer nesta data
101 para não atrasar o chamamento público para fins de co-financiamento das instituições que
102 executará os serviços no exercício de 2012, uma vez que há prazos e procedimentos legais a
103 serem para evitar atrasos no repasse de recursos para as instituições em Janeiro. Para fins
104 de esclarecimento, resgata quais os abrigos que atendem metas crônicas: Bom Samaritano
105 20 metas, Pão da Vida 25 metas e Casa do Caminho 3 metas. Lembrou que os dois
106 primeiros já recebem meta diferenciada no valor de R\$845,68 hoje e a Casa do Caminho vem
107 recebendo o valor de R\$447,50 por meta atendida. Para que ocorra uma definição foi aberto
108 10 minutos de discussão entre os presentes para poder prosseguir com a deliberação para a
109 questão apresentada. A conselheira Luciana defende que deve se manter a proposta 01 que
110 iguala todas 48 metas crônicas, e também garante a isonomia do conselho mantendo o
111 acordo realizado na comissão de abrigo ao pleitearem juntos com as outras instituições o
112 aumento de R\$200,000,00 com o prefeito, para os serviços que não haviam recebido
113 aumento. Findando as discussões, a **Presidente Marilys**, lembrou de uma outra situação
114 colocada anteriormente no conselho, o qual foi decidido pela plenária de não aceitar nova
115 proposta que não tivesse sido apreciado na Comissão de Fundo, e o conselho referendou a
116 decisão da comissão de fundo, e que aquela situação não podemos voltar atrás em decisões
117 realizadas nesse conselho. Também ressalta que a comissão de fundo nesse momento está
118 apresentando um proposta fundamentado em estudos, analisando e corrigindo o erro de
119 calculo de meta, envolvendo uma dos serviços que está sendo realmente prejudicada.
120 **Marilza** coloca que existe a possibilidade de o SOS, deixar de atender as 17 metas. **Silmeri**
121 acha que deve realizar votação de forma democrática e prevalecendo a decisão da plenária.
122 **Jemima** defende realizar a correção do erro da comissão de fundo e desta forma manter
123 igualdade. **Marilys** retoma e diz que devemos ter coerência com nossas escolhas. **Fatima**
124 explica que o certo seria não mudar nada e manter como está, já que esta havendo tanto
125 desgaste seria melhor votar pela proposta 2, pois assim beneficiaria todos os abrigos adultos
126 conveniados. **Vany** diz que Fatima esta corretíssima mas que deveria ter sido discutido e
127 defendido essa posição a um mês e meio atrás. **Denise Fank** pondera sobre as decisões
128 que serão tomadas em relação as reais necessidade da politica pública. **Sandra Bianconi**
129 realiza os cálculos para passar para plenária. Devidamente esclarecida a plenária votou: A
130 proposta numero 01 recebeu 15 votos favoráveis; a proposta número 2 teve um voto
131 favorável; duas abstenções Ordalia e Maria Ines Louro. O CMAS deliberou pela proposta 01
132 apresentada pela comissão de fundo. **Silmeri** coloca que a Maria Inês como diretora de
133 serviços que não defende e nem subsidia as discussões a respeito, fica uma situação muito
134 desagradável. Outra questão levantada por **Marilys**, que diz respeito uma reunião com o
135 Secretário de Saúde, a mesa diretora defini como pauta duas questões a residência
136 terapêutica e a certificação das casas de apoio. A reunião com o secretário de saúde será
137 nesta data às 16hcom representação do CMAS: Denise Motter, Marilys, Ordália, Elaine,
138 Janer e a secretária de idoso Fábria e Ana Elise. **4. Apresentação do perfil Acolhimento**
139 **Institucional Adulto Levantamento do Perfil dos Usuários do Acolhimento Institucional**
140 **para adultos de Londrina pela conselheira Elaine: Perfil 01:** Pessoas de 18 a 30 anos
141 (sem histórico de rua),Usuários de crack com frágil vinculo familiar, Morador de Rua de

142 Londrina e região metropolitana, Difícil de respeitar regras, Envolvimento com o
143 tráfico,Criminalidade, Pequenos furtos, Agressão a funcionários e usuários, Ameaça
144 funcionários e usuários,Usa o abrigo pra fugir de ameaças,Usa o abrigo para se recuperar da
145 debilidade causada pelo uso das drogas, Vem para o abrigos com doenças; **Perfil 02:** Jovens
146 (18 a 30 anos), Histórico de rua, Histórico em abrigos para menores
147 (institucionalizado),Usuários de drogas e álcool, Sem referencia- Vínculos desfeitos, Maioria
148 de Londrina, Oscilam entre o abrigo e a rua, Necessidade de ser assistido, Idade cronológica
149 diverge da postura; **Perfil 03:**Adultos,Fazem da rua espaço de sobrevivência, Necessitam de
150 cuidados médicos – alguns com problemas psiquiátricos, Alguns com deficiência física,
151 Doentes crônicos, Alguns com referencia porem com vínculos rompidos, Vínculo forte com a
152 rua,Tem comprometimento moral, Aceita regras,Não convive com o perfil 01; **Perfil 04:** Idoso
153 migrante, Alcoolista (residual), Doentes crônicos, Sem vínculos e sem referencia, Adere ao
154 abrigo, tem Medo da rua, Sem tolerância ao perfil 1 e 2.Quando tem contato com a família
155 não quer voltar; **Perfil 05 :**Paciente psiquiátrico, Inicia vivencia de rua de forma eventual
156 depois para continua, Muitos vem de famílias vulneráveis, Difícil de dar informações,Tem
157 família ou referencia em Londrina e outros municípios; **Perfil 06:** Trecheiro- vive de cidade
158 em cidade, Sem vinculo, Migrante- temporada para trabalhar,vem para Londrina para
159 trabalhar; **Perfil 07:** Idoso ou jovem, Pessoas com HIV ou PCD com ou sem Beneficio, Vem
160 para abrigo quando esta debilitado ou quando acaba o seu recurso,Sem vinculo; **Perfil 08:**
161 Idoso com Beneficio, Resiste ao Asilo (LPI),Tem comprometimento com álcool, Tem razoável
162 saúde, Dificuldade de aceitar regras, Quer viver no abrigo; **Perfil 09:** Mulher com filhos e
163 gestante, Idem perfil 1,2,3 e 5, Prostituição- algumas são trecheiros ou imigrantes; **Perfil 10:**
164 Mulher sem filhos, Idem perfil 1,2,e5, Prostituição; Características: Mulheres com filhos
165 advindas dos territórios dos CRAS com Beneficio(ausência de água, luz, alimentação,
166 moradia), Ameaça do tráfico, Violência doméstica; Sugestão de serviços propostos pela
167 equipe 01 para o perfil 01: Acolhimento terapêutico com a proposta à adesão de acordo com
168 o grau de adesão, Metodologia com atendimento personalizado da psicologia, Não pode
169 exceder 20 vagas,Localização diferenciada (áreas vulneráveis),Focar o tratamento junto com
170 a família, Não cabe republica, Financiamento pela SMAS e SMS, Regras flexíveis, Londrina
171 não oferece nenhum serviço compatível com a proposta; Sugestão de serviços para perfil 02:
172 Acolhimento institucional, Prazos prolongados, Regras flexíveis, Publico de Londrina, Foco na
173 subjetividade, Atividades externas sistematizadas e continuas, Enfoque na autonomia,
174 Necessidade de profissionais da saúde, Plano de capacitação, Financiamento pela SMAS e
175 SMS, Acrescentar aos profissionais previstos (assistente social, serviços gerais, cozinha
176 etc,..) terapeuta ocupacional e educador físico. Sugestão de serviços para o perfil 05:
177 Residência terapêutica; Sugestão de serviço para o perfil 06 e 07: Casa de Passagem –
178 serviço de acolhimento temporário 3 dias.Sugestão de serviço para o perfil 04, 08 e 09: Casa
179 transitória com características de tratamento para usuários que necessitam de atendimento
180 clinico, Financiamento: SMAS, SMS, SMI,Casa adaptada, Corpo clinico de saúde completo
181 mais a previsão do NOB SUAS. Publico de Londrina em situação comprovadamente de rua,
182 com esgotamento de encaminhamento. **5. Apresentação do Relatório CREAS II –**
183 **municipalização pela Gerente Média Complexidade Lucimar.** Lucimar inicia leitura do
184 relatório,relatando quem fez parte da comissão de municipalização: Relatório da Comissão
185 de Municipalização do CREAS II– 1) IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO
186 PROCESSO: Clarice Jungues (Diretoria da Proteção Social Especial /SMAS), Maria Inês
187 Louro (Diretora da Proteção Social Especial a partir de 12/08/2011), Danieli Cristina Palazzi
188 (Gerente de Serviços de Média Complexidade da SMAS), Lucimar Maria Pereira (Gerente de
189 Serviços de Média Complexidade da SMAS a partir de 19/08/2011), Alexandra Alves José

190 (Representante da Epesmel), Jolinda e Moraes Alves (Representante da CMAS), Adriana
191 Aparecida dos Santos(Gerente do Monitoramento e Avaliação da SMAS), Paola Maria
192 Gallina (Representante da Promotoria da Infância e Juventude), Márcio Luís Bergantini
193 (Promotor da Vara da Infância e Juventude),Sandra M.P. de Freitas Coelho (técnica de
194 referência da SMAS do processo de transição), Michele Schibelsky (Assessora técnica da
195 SMAS), Gisele Dobis Toreto (Representante do CMDCA), Tatiane Simões Maia (Estagiária
196 de Serviço Social da SMAS). Equipe do CENSE I que participou da reunião do dia
197 15/07/2011: Aparecida Alves Lima, Mariana Galvão da silva, Sueli Sampaio Valle, Andrea
198 Cristina Santos. - 2)PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
199 MUNICIPAL DE TRANSIÇÃO DO CREAS II: considerando as disposições legais contidas na
200 Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS, Lei 8742 de 07/12/1993 sobre a organização da
201 Política Nacional de Assistência Social/PNAS, 2004, aprovada pela Resolução 145 de
202 15/10/2004 (DOU 28/10/2004) do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS;a
203 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que atribui ao CREAS II o Serviço de
204 Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos/PAEFI, Serviço de Proteção
205 Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e
206 Prestação de Serviços à Comunidade;que desde julho de 2007 o Município de Londrina está
207 habilitado no nível de Gestão plena; que há 10 anos esse serviço vem sendo prestado em
208 convênio com a EPESMEL- Escola Profissional e Social do Menor de Londrina, entidade
209 socioassistencial que compõe a Rede de Serviços socioassistenciais do município ; que a
210 Secretaria Municipal de Assistência Social assinou um plano de providências junto à
211 Secretaria de Estado SETP, considerando a necessidade de um plano de municipalização de
212 serviços socioassistenciais até 2012,sem prejuízo ao atendimento da população ; que o
213 Conselho Municipal de Assistência Social apreciou e aprovou o plano de municipalização
214 dos serviços e indicou representantes para compor as comissões ,através da resolução do
215 CMAS nº11, de 18 de março de 2011.A partir dessas considerações foram instituída as
216 Comissões de Planejamento Municipal da Transição dos CRAS,CREAS II e CREAS III,
217 através da Portaria nº 2 de 23 de Maio de 2011-publicada no Jornal Oficial do Município de
218 Londrina nº 1570 de 26 de Maio de 2011,p.8(anexo I). -3)PROCESSO DE TRABALHO DA
219 COMISSÃO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE TRANSIÇÃO DO CREAS II: A
220 comissão de Planejamento Municipal da Transição do CREAS II iniciou os seus trabalhos em
221 17 .06.2011 e os conclui em 25.08.2011. Foram realizadas oito reuniões ,no CREAS II,
222 Cense I, Ministério Público e as demais na Secretaria Municipal de Assistência Social. Na
223 primeira reunião no dia 17/06/2011 foram levantadas algumas preocupações ,tais como,
224 garantir a qualidade do serviço no processo de transição ,visando a continuidade e qualidade
225 do atendimento, sendo proposto pela representante do CMAS professora Jolinda a garantia
226 da supervisão técnica por parte ESPESMEL para a nova equipe ,já que o período proposto
227 para a transição é insuficiente para o domínio da metodologia por parte dos novos
228 contratados. A diretora Clarice da SMAS responde que os recursos do MDS não autorizam
229 este tipo de gasto (supervisão) , argumento contestado pela representante Jolinda que deu
230 como exemplo o processo de transição do CREAS III.Também foram apontadas pela
231 coordenadora do CREAS II as dificuldades enfrentadas frente a insuficiência de técnicos e a
232 demanda atendida que não acompanham as recomendações da legislação,bem como sobre
233 a especificidade do serviço que exige conhecimento especializado e metodologia adequada,
234 ficando de trazer para a próxima reunião uma tabela demonstrativa desses números. Na
235 segunda no dia 28/06/2011 a coordenadora do CREAS li, Alexandra apresentou os dados
236 levantados, contendo informações sobre a quantidade de adolescentes atendidos (470,sendo
237 241 em La e 174 em PSC e 55 em medida cumulativa) divididos por região do município;

238 quantidade de grupos realizados semanalmente por técnicos e oficinairos (18,sendo 8 de
239 PSC e 10 de LA); quadro de recursos humanos da EPESMEL e recomendações do SINASE-
240 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Anexo II e III).A coordenadora ponderou
241 sobre os aspectos pedagógicos do trabalho na PSC, da necessidade do técnico(a) ter
242 conhecimento e identificação com o adolescente para o fortalecimento de vínculo com o
243 mesmo. Também salientou o papel do orientador social na integração da equipe,como
244 profissional responsável pelo monitoramento do adolescente em acompanhamento,sendo
245 que a experiência com voluntariado no passado não foi exitosa.Jolinda salientou a
246 importância da valorização da metodologia do trabalho desenvolvida pelo serviço no decorrer
247 de dez anos de experiência. Na terceira reunião em 07/07/2011, a diretora Clarice da SMAS
248 iniciou a reunião apresentando uma nova proposta da Secretaria Municipal de Assistência
249 Social ,informando que o processo de transição iniciaria o mais breve possível ,sugerindo
250 iniciar período de transição imediatamente alocando dois profissionais (assistente social e
251 psicólogo) no serviço para coordenar o processo e pensar na logística da transição.Dr
252 Mário,promotor de justiça ,sugere a busca de parcerias com a ACIL para a alocação de
253 adolescentes no mercado de trabalho e a reativação do trabalho com orientadoras sociais,
254 sugerindo o contato com as Universidade para a indicação de alunos para realizar este
255 serviço.Alexandra voltou a salientar que o trabalho voluntário não teve a eficácia
256 esperada.Clarice salientou que estão sendo contratados novos auxiliares educativos
257 provenientes do concurso público, que estarão à disposição até novembro. Jolinda perguntou
258 à diretora Clarice se há condições de retirada dos auxiliares educativos do CREAS I,sem
259 prejuízo do serviço, uma vez que lá já se iniciou o processo de municipalização e a
260 EPESMEL já se retirou do serviço.Clarice respondeu que entende que é possível trabalhar no
261 CREAS I com um número menor de educadores, uma vez que a abordagem vinha sendo
262 realizada por um número menor de pessoas de forma satisfatória.Assim sendo ,sinaliza que
263 seria possível verificar a possibilidade de que um número maior de educadores para serem
264 alocados no CREAS II. Jolinda questionou sobre a carga horária,pois os educadores da
265 Epesmel trabalhavam 40 hrs e que os auxiliares concursados irão trabalhar 30 hrs,Jolinda
266 mantém o questionamento indagando se mesmo considerando a redução da carga horária
267 seria possível “tentar” remanejar mais auxiliares educativos para o CREAS II, para que os
268 mesmos pudessem dar suporte aos técnicos sem prejuízo do atendimento no CREAS I. A
269 reunião do dia 15/07/2011 foi realizada no Cense I, sendo tratados os assuntos que seguem (
270 anexo IV) . Cidinha ,técnica do CENSE I relatou que há dificuldades históricas em relação
271 aos atendimentos dos adolescentes em conflito com a lei, pois a demanda é muito grande e
272 os serviços nem sempre acompanham as necessidades desses jovens, inclusive afirmando
273 que se as medidas em meio aberto têm problemas, estes refletem no CENSE I.Foi apontado
274 a necessidade de manutenção dos oficinairos, pois estes tem o conhecimentos específicos
275 sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido.Também foi relatado pela coordenadora do
276 Murialdo/CREAS II sobre a necessidade de ter no mínimo 11 assistentes sociais e 11
277 psicólogos.Hoje são cinco assistentes sociais,quatro psicólogas e 01 coordenador de nível
278 superior. Michele ,da SMAS,relatou que o processo de transição prevê a contratação de seis
279 assistentes sociais, cinco psicólogas(os); uma coordenadora de nível superior, 03 agentes
280 administrativos e 03 auxiliares educativos , o que significa um aumento da equipe .Sobre o
281 trabalho do CREAS II ,a coordenadora do Murialdo disse que os agentes comunitários eram
282 selecionados por entrevista ,sendo estudantes de serviço social e agentes de pastorais,bem
283 como alguns seminaristas e funcionários da EPESMEL. quando chegou na composição
284 técnica que inclui advogado foi dito não possibilidade deste profissional atuar neste espaço
285 no momento, **Sandra Bianconi e Micheli** explicam que é devido a nomenclatura e o cargo

286 estarem alocadas na procuradoria e desta forma não poder desenvolver a função em outro
287 local, a colaboradora **Silvana** diz estar decepcionada com está notícia pois é direito do
288 usuário ter este atendimento. **A conselheira Micheli** expõe que a secretária Jaqueline Micali
289 se reuniu com o procurador buscando uma solução para este impasse, Sandra Bianconi diz
290 que na NOB/RH SUAS é um advogado por CREAS; Em analogia a questão do Advogado o
291 CMAS irá encaminhar ofício a SMAS pedindo a posição da secretaria em relação a falta
292 desse profissional nos quadros técnicos dos CREAS II e III. A atuação era aos fins de
293 semana e a à noite ,recebendo uma ajuda financeira simbólica de cem reais pagas com
294 recursos do FIA, mas a sua extinção motivou a desistência desses colaboradores .Técnicos
295 do CENSE I afirmaram que esta situação ocasionou considerável prejuízo, justificando que o
296 acompanhamento no domicílio dos adolescentes é muito importante,pois há condições de
297 melhor monitoramento no acompanhamento.Destacam, entretanto,que não pode ser uma
298 intervenção amadora,exigindo preparo especial e supervisão constante. Afirmaram que é
299 preciso garantir um meio de contratar estes profissionais,estudar orçamento,ou seja, verificar
300 como pode se garantir no próximo orçamento municipal a contratação de mais profissionais,
301 para a realização de oficinas, atividades culturais, esportivas, profissionalizantes, etc.
302 Destacaram que a questão orçamentária é de suma importância a fim de eu seja assegurada
303 a continuidade do serviço sem a dependência de parcerias com ONGs/OSCIPs.Também falo-
304 se que é preciso garantir a continuidade do trabalho,buscando sempre melhorar a qualidade
305 do atendimento de forma continuada e com atividades que sejam atrativas aos adolescentes
306 ,pois as oficinas também têm a função de contribuir na formação do vínculo com o
307 adolescente como o apoio à equipe técnica.Foi sugerido que a equipe do Murialdo estruture
308 um projeto que especifique a função do oficineiro,sendo que as oficinas ofertadas aos
309 adolescentes no cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à
310 comunidade.Há necessidade de ampliar as opções de linguagens para que os adolescentes
311 possam escolher àquelas de acordo com suas habilidades ,garantindo-se ,assim, a adesão e
312 interesse.Ademais,será analisada a possibilidade de se assegurar legalmente o arte
313 educador que trabalha atualmente no Projeto Murialdo vinculado à EPESMEL. Também foi
314 apontado sobre as dificuldade com a rede de educação, sendo sugerida pela equipe do
315 CENSE I a contratação de um pedagogo , conforme previsão no Estatuto da Criança e do
316 Adolescente.Há efetiva necessidade da contratação desse profissional afim de que faça a
317 intervenção entre os adolescentes que estão cumprindo medida em meio aberto e as escolas
318 que resistam a sua inserção ,podendo para tanto contar com o apoio dos auxiliares
319 educativos.Outrossim,a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho são outros
320 que necessitam ser aprofundados. Ressalta-se que a questão da profissionalização está
321 intimamente ligada à escolarização ,pois o maior entrave para a inserção dos adolescentes
322 em conflito com a lei ao mercado de trabalho é a baixa escolaridade.Ademais, outros pontos
323 são críticos ,tais como, a falta de documentação , a indisciplina, a impotualidade,etc.
324 Atualmente ,existem convênios com o SENAI,EPESMEL,Guarda Mirim,Irmã Sheila, que
325 demandam ampliação.Os adolescentes inseridos nos cursos destes programas muitas vezes
326 não os concluem pela sua baixa escolaridade e quando concluem não se encaixam com o
327 perfil empresarial ,não conseguindo ser inseridos no mercado de trabalho.Alexandra lembrou
328 ainda os convênios existentes com órgãos estaduais (36 vagas- SANEPAR,COPEL),porém
329 os critérios são rigorosos e os adolescentes não atendem os requisitos exigidos, resultando
330 no não preenchimento das vagas.Objetivando a ampliação dos convênios foi sugerido diálogo
331 com o Ministério Público do Trabalho para verificação das atividades nas quais os
332 adolescentes possam ser inseridos, especialmente , a possibilidade de retorno ao trabalho na
333 Zona Azul para adolescentes a partir de 16 anos de idade acompanhados pelos serviços que

334 executam as medidas socioeducativas em meio aberto. Foi proposta a concessão de
335 incentivos fiscais e/ou selo às empresas participantes dos projetos de acompanhamento aos
336 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Como já citado, a
337 baixa escolaridade é um dificultador à inserção dos adolescentes no mercado de trabalho. Foi
338 sugerido um contato com a Associação Comercial, a qual já sinalizou em uma reunião com o
339 Dr Mário a possibilidade de parcerias para a inclusão dos adolescentes no mercado de
340 trabalho , abrindo-se , assim , diálogo sobre a profissionalização e trabalho de adolescentes
341 com a sociedade civil organizada. Alexandra, coordenadora do Murialdo/CREAS II, também
342 colocou a dificuldade em relação à documentação dos adolescentes , sendo interessante a
343 provisão de recursos para o pagamento de taxas para documentação , pois hoje não há
344 recurso previsto. Lembrou ainda que há vagas na construção civil , mas os meninos não
345 aderem, sugerindo a compra de vagas em curso de informática. Adriana, gerente de
346 Monitoramento e Avaliação da SMAS propôs uma oficina dos profissionais envolvidos nas
347 MSE para propor um direcionamento à questão da profissionalização e mercado de trabalho.
348 Na reunião do dia 29/07/2011, foram tratados os assuntos que seguem: Micheli , da SMAS,
349 propõe que, para a capacitação dos servidores contratados para o CREAS II , sejam
350 indicados os nomes de palestrantes, tais como o Dr. Saraiva e profissionais que trabalhem a
351 temática família. Falou da importância de escolher o mais breve possível as indicações dos
352 nomes , considerando a morosidade do processo licitatório de contratação (Lei 8666), mesmo
353 em caso de notório sabe. Falou também que era preciso pensar numa forma de capacitação,
354 sem interrupção do serviço. Jolinda sugeriu que a capacitação fosse realizada de forma
355 continuada, sem prejuízo do serviço, prolongando-se até 2012, pois as dúvidas podem surgir
356 durante a execução das atividades. Indicou, ainda, a necessidade de supervisão técnica.
357 Alexandra providenciará a indicação dos nomes de palestrantes junto a equipe e informará à
358 secretaria para os contatos sejam feitos. Micheli reafirmou que a secretaria alocará um
359 profissional de imediato para acompanhar o processo de transição, junto à equipe do
360 Murialdo. Na reunião do dia 12/08/2001 foram tratados os assuntos que seguem: Micheli
361 informou que os profissionais do concurso já estavam sendo chamados e apresentou a
362 assistente social Sandra Coelho como sendo a técnica de referência da Secretaria Municipal
363 de Assistência Social para acompanhar, em conjunto com a Equipe atual do CREAS II, o
364 processo de transição deste serviço. Sandra explicou que já esta fazendo expediente no
365 Murialdo, acompanhando todo o serviço e ouvindo as equipes. Que estava muito satisfeita
366 por poder participar da municipalização desse serviço, sendo que já Haia percebido a
367 complexidade das ações e a dificuldade por falta de equipe suficiente. Novamente o
368 promotor mencionou a questão do encaminhamento da solicitação de estagiário às
369 universidades, na função de orientadores sociais para acompanhamento dos adolescentes
370 em cumprimento de LA. Micheli justificou que não houve esse contato. Jolinda esclareceu
371 que, no caso do curso de Serviço Social da UEL, essa modalidade de estágio não será
372 possível devido às normas do CRESS/CFESS que exige a supervisão por um assistente
373 social e somente é permitida a partir do terceiro ano do curso. Este tipo de atividade não se
374 caracteriza como estágio para o curso de SS. Aos alunos do primeiro e segundo ano, ainda
375 que tenham interesse, não lhes é permitida a realização de estágio curricular. O contato
376 deveria ser feito diretamente com os alunos interessados, sem interferência da universidade
377 e sem a caracterização de estágio. Sandra manifestou preocupação com o trabalho
378 voluntário, sugerindo consultas sobre serviço correlato, prestado em outras cidades do porte
379 de Londrina, para balizarmos a nossa transição. Na reunião do dia 19/08/2011 foram tratados
380 os assuntos que seguem: Sandra informou sobre as consultas realizadas em três municípios
381 e constatou que a transição está sendo muito semelhante à nossa. Que o trabalho do

382 educador é essencial no acompanhamento dos adolescentes, desde que tenha supervisão
383 técnica e não seja voluntário, sugerindo que a figura do orientador social seja suprida pelos
384 auxiliares educativos ou educadores de nível médio, tal qual vem ocorrendo em outros
385 municípios, sob orientação do técnico de nível superior. Sandra apontou ainda que, de
386 imediato, serão alocados 03 auxiliares educativos, mas que a perspectiva é inicialmente
387 garantir 01 auxiliar por região. Realizou ainda uma coletânea nos documentos publicados
388 pelo MDS sobre esse serviço. Considerou que há dois eixos fundamentais no processo de
389 municipalização: a capacitação dos servidores públicos e a metodologia do trabalho. Quanto
390 à capacitação informou que debateu proposta de capacitação com a equipe de trabalho do
391 Murialdo/CREAS II. A intenção é que se inicie discussão sobre a adolescência no contexto
392 socioeconômico e cultural brasileiro e depois sejam abordados os fundamentos jurídicos e a
393 base legal do Sistema SINASE. Em seguida devem ocorrer oficinas de métodos e técnicas da
394 ação socioeducativa, com temas que atendam as necessidades dos adolescentes. A
395 capacitação deve ter um eixo teórico prático, acompanhada de supervisão e de visitas
396 institucionais ao Fórum, Cense I e II, Instituições que acolhem PSC, para que todos os
397 aspectos sejam abordados e haja uma sintonia com a rede. Alexandra informou que está
398 realizando uma investigação sobre todos os documentos arquivados no serviço nesses dez
399 anos e juntamente com a equipe está fazendo a listagem solicitada pela Sandra Coelho sobre
400 todo material de consumo utilizado mensalmente, bem como os equipamentos que pertencem
401 à EPESMEL e àqueles que permanecerão no serviço. A proposta é subsidiar a Prefeitura
402 com informações para que a mesma planeje a compra daquilo que for necessária à
403 continuidade do serviço. Maria Inês informa que a prefeitura tem dois quadros brancos que
404 poderão ser realocados. Sandra Coelho destacou a peculiaridade do trabalho do arte
405 educador, responsável pela oficina de grafite/pintura, que tem papel fundamental também na
406 vinculação com os adolescentes que cumprem a medida de Prestação de Serviços à
407 Comunidade. Pode observar o trabalho do arte educador Eduardo, que é contratado em 40
408 hrs pela Epesmel e acompanha vários grupos de adolescente, chegando à conclusão que
409 esse trabalho é imprescindível. Lucimar, gerente dos serviços de média complexidade da
410 SMAS, explica que com os recursos do PAEFI, o mesmo poderia ser contratado por três
411 meses, o que não é viável, pois trata-se de uma ação de natureza continuada. Jolinda sugere
412 que seja feita uma consulta formal ao MDS, pois considera que em período de transição é
413 possível a utilização do recurso Federal, justificando a importância do serviço até que se crie
414 a vaga. Alexandra expõe o trabalho de outras modalidades de oficinas, além da grafiteagem,
415 que podem ser introduzidas de acordo com o interesse dos adolescentes nas linguagens do
416 hip hop como por exemplo rima e basquete de rua, como incentivo ao protagonismo juvenil.
417 Há ainda que considerar a garantia do trabalho de arte e educação em artesanato
418 desenvolvido com as mães dos adolescentes, por três horas semanais. Micheli,
419 representante da SMAS, faz o fechamento da reunião perguntando quem se responsabilizará
420 pelo relatório. Jolinda considera que a estrutura do relatório deverá abordar: identificação
421 (nomes dos participantes e respectivas representações), processo de trabalho da comissão,
422 propostas elaboradas para a transição do CREAS II, recomendações da comissão e
423 bibliografia e legislação que embasou os trabalhos. Ficam responsáveis pela elaboração do
424 relatório Alexandra pelo Murialdo e Sandra Coelho pela secretaria SMAS para quem todos
425 devem enviar seus apontamentos. Foi marcada a última reunião para quinta-feira, dia 25 de
426 agosto para fechar o relatório, considerando que o mesmo deve ser entregue em 26 de
427 agosto por determinação da portaria. - 4) PROPOSTAS:- iniciar o processo de transição dos
428 serviços imediatamente determinado um técnico de referência para o processo de transição
429 que acompanhe o período de transição com antecedência ao desligamento dos profissionais

430 da EPESMEL tendo sido designada a assistente social Sandra Maria P. de Freitas Coelho; –
431 realização de capacitação aos servidores que ingressarão por meio do concurso público
432 ,iniciando em 2011 e continuando em 2012.Esta capacitação terá caráter teórico e
433 metodológico e deverá ser seguida de supervisão técnica durante o ano de 2012;- garantia
434 de assessoria técnica para a equipe de profissionais que executaram os serviços do CREAS
435 II, em razão do nível de especialidade que o serviço exige. É necessário que esta assessoria
436 tenha conhecimento especializado na metodologia que é desenvolvida pela unidade; -
437 garantia de manutenção do arte educador que executa as oficinas de Prestação de Serviços
438 a Comunidade com grafiteagem e pintura e ampliação gradativa na oferta de outras
439 linguagens.de acordo com as expectativas dos adolescentes;- garantia de manutenção da
440 arte educadora que acompanha o grupo de mães com atividades de geração de renda e
441 convivência social há cinco anos com resultados exitosos,pois a participação ativa da família
442 contribui no processo socioeducativo dos adolescentes, além de estimular a participação e
443 aproximação junto ao serviço,levantar e potencialidades das mães dos adolescentes; -
444 ampliar a equipe de auxiliares educativos para que possam servir de apoio à equipe técnica
445 na execução das medidas em meio aberto. A contratação destes profissionais é fundamental,
446 tendo em vista a necessidade de agentes que tenham vínculo com a comunidade em que o
447 adolescente está inserido,de forma a monitorá-lo neste ambiente,orientá-lo em suas
448 condutas, bem como fazer com que este seja aceito na sociedade,evitando a sua
449 estigmatização como “adolescente infrator”. Este trabalho não tem sido efetuado atualmente
450 pela falta destes profissionais, nem mesmo para os adolescentes que não tem disponibilidade
451 de freqüentar o Murialdo, em razão de exercer atividade laborativa ou estar com a vida
452 ameaçada.Em relação a LA, considerando que esta medida exige um maior rigor no
453 acompanhamento do adolescente,tendo por objetivo atender as prerrogativas do Estatuto da
454 Criança e do Adolescente, o SINASE recomenda e a Comissão entende como necessário
455 que a equipe seja composta também pelos orientadores sociais, não podendo este trabalho
456 ser executado de forma voluntária;- o fluxo de ofícios entre o Juízo da Infância e Juventude e
457 o Murialdo deverá ser assegurado,tendo em vista que é este o controle realizado por ambos
458 os órgãos quanto aos adolescentes que tem determinação judicial para cumprir as medidas
459 em meio aberto e aqueles que estão em descumprimento. A informação quanto á falta de
460 adesão dos adolescentes ao encaminhamento dado pelo judiciário deverá ser informada para
461 que se tomem as medidas cabíveis diante do descumprimento da medida; - garantia de
462 contratação de equipe de apoio no decorrer do processo de transição, tais como: serviços
463 gerais; motorista para 02 veículos e vigilante(s),salientando que o serviço funciona das 8h00
464 às 17h00 horas de forma ininterrupta . O Sistema de Monitoramento e Avaliação prevê a
465 contratação destes profissionais que são fundamentais para o trabalho realizado; - garantia
466 de estrutura administrativa, tais como, material de escritório, equipamentos, gêneros
467 alimentícios, material de higiene e limpeza, materiais para as oficinas de arte educação ,,02
468 veículos , sendo um de passeio para visitas domiciliares e contatos com a rede de serviços e
469 um para transporte coletivo dos adolescentes que cumprem Prestação de Serviços
470 Comunitários; - 5) RECOMENDAÇÕES: -1) Sobre a necessidade de aumento da equipe
471 técnica: - para que seja garantido o cumprimento da legislação no que se refere à ampliação
472 da equipe técnica é necessário que se estabeleçam metas no processo de planejamento da
473 Política Municipal de Assistência Social, pois deve haver compatibilidade entre o número de
474 adolescentes atendidos e a equipe que irá executar o serviço ,de acordo com o que
475 preconiza o SINASE e a NOB/RH ,pois atualmente o número de profissionais está aquém das
476 orientações legais, o que compromete a qualidade do atendimento(anexo II e III);- 2)
477 Necessidade de ampliação das parcerias para receber os adolescentes que cumprem

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 13 de Outubro de 2011. Ata aprovada em 23/02/2012

478 medidas (PSC)- ampliar parcerias com escolas, entidades ,instituições de Longa
479 Permanência , entre outras, sensibilizando a comunidade em geral sobre a importância de
480 sua adesão ,na disponibilidade de espaços e atividade que contribuam para a prestação dos
481 serviços pelos adolescentes em cumprimento de PSC; - 6)BIBLIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO
482 QUE EMBASOU OS TRABALHOS: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.1990.
483 BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social.1993. BRASIL. Sistema Nacional de
484 Atendimento Socioeducativo.2006(Resolução nº 119 do CONANDA,11 de dezembro de 2006-
485 Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências).
486 BRASIL. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. 2009 (Resolução nº 109 de 11 de
487 novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.2009). Anexos: I-Cópia da
488 portaria que cria a comissão.II- Relatórios quantitativos do CREAS e Murialdo.III – Relatório
489 comparativo entre o quadro atual- CREAS II e o ideal previsto no SINASE. V- Relatório de
490 demandas do acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto do município
491 de Londrina,enviando por meio do ofício 253/2011 do Centro de Sócioeducação de Londrina
492 Cense I. **Sandra Bianconi** vem trazer a necessidade de chamamento publico/2012 para o
493 serviço de gestão de benefícios. Explica que não foi realizado anteriormente, aguardava-se
494 parecer do TCE, considerando a orientação verbal de que o município deveria assumir este
495 serviço; informa que será necessário manter da forma que já é realizada, pois não há
496 posicionamento oficial do TCE. Desta forma a SMAS vai continuar a se estruturar para que
497 esse serviço possa se tornar municipal futuramente. Nada mais havendo a tratar e não
498 havendo intenção de apresentar outros assuntos pelos presentes, às doze horas e dez
499 minutos, a reunião foi encerrada, e eu Ordália de Fatima Branganholi Ferreira primeira
500 secretária lavrei a presente ata.

501

502